

Quilombos de Oriximiná (Pará – Brasil): escravidão, fuga e memória no século XIX

Elaine Cristina O. F. Archanjo

Universidade Federal do Amazonas

Manaus – Amazonas – Brasil

elaine_archanjo@hotmail.com

Resumo: Este artigo é fruto de pesquisa científica na sua fase inicial, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Pretende-se discutir a tradição oral da formação dos quilombos do rio Trombetas e suas estratégias de resistência. Esse rio era o mais célebre destino de escravos fugidos da região do “Baixo Amazonas”, refúgio seguro contra as expedições punitivas devido aos obstáculos naturais, a existência de muitas cachoeiras, o que permitiu a constituição de mocambos. Os quilombos do Rio Trombetas têm sua história marcada por conflitos e lutas, vivas na memória dos remanescentes. Embora elegendo a narrativa oral como fonte principal não deixamos de estabelecer diálogo com fontes escritas. Dessa forma, buscar-se-á compreender como a região foi historicamente ocupada por escravos fugidos; como se constituiu em um espaço de autonomia que os permitiu sobreviver às inúmeras tentativas de (re)escravizá-lo.

Palavra-chave: Fuga, Quilombo, Resistência, Oralidade

Introdução

Enquanto moradora da cidade de Oriximiná, Oeste do Pará, região denominada nos documentos dos séculos XVIII e XIX de “Baixo Amazonas”, observando os negros que chegavam à cidade, vindos das comunidades remanescentes de quilombo do município, interrogava-me como seus antepassados chegaram à região do rio Trombetas e constituíram nesse rio um espaço de liberdade? Como sobreviveram às ações repressivas? Questionamentos aparentemente simplistas, mas que marcam o início de uma complexa rede de relações sociais e comerciais que envolviam escravos, quilombolas, índios, comerciantes e até mesmo autoridades.

Sem dúvida para adentrarmos na história dos quilombos de Oriximiná e suas relações sociais e comerciais faz-se imprescindível à consulta a documentos do período como

correspondências entre as autoridades, jornais de época, relatórios, não esquecendo a história oral, indispensável para pesquisar o passado ainda presente nas narrativas orais dos descendentes desses escravos fugidos, que em busca de liberdade refugiaram-se acima das cachoeiras do rio Trombetas.

Pretende-se com este estudo compreender o processo de fuga e a formação dos quilombos ao longo do rio Trombetas e seus afluentes, através das narrativas dos remanescentes, assim como fontes documentais e jornais da época. Primeiro procuramos fazer uma breve contextualização da introdução do escravo africano na região do Baixo Amazonas, através do tráfico negreiro. Em seguida discorrer-se-á sobre o processo de fuga e a formação dos quilombos na região, destacando suas estratégias de resistências.

Os quilombolas do rio Trombetas foram sujeitos históricos ativos que construíram e lutaram por seus projetos de liberdade. Resistindo à escravidão, criaram e recriaram variadas estratégias de sobrevivência, que lhes permitiu criar um estilo próprio de vida. Essa trajetória de luta e resistência ainda está viva na memória de seus descendentes e contadas de geração a geração. Todavia não podemos esquecer o caráter dinâmico e histórico da memória, longe de ser um receptáculo passivo esta se apresenta como força ativa. Como afirma o historiador Raphael Samuel (1997, p. 44), “a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração a geração”.

Ainda que ao longo do tempo sofra inúmeras alterações, a memória traz marcas das experiências e vivências individuais ou coletivas de determinado grupo social. Nesse caso, as lembranças dos antigos quilombos são acionadas para elucidar a história de luta e resistência de seus antepassados, que romperam com a ordem escravista. Ao mesmo tempo em que permite uma estreita ligação com o presente, ou seja, a continuidade da luta pela liberdade, empreendida pelas comunidades remanescentes de quilombo localizadas nos rios Trombetas e Erepecurú/Cuminá.

Nessa perspectiva, a história oral nos possibilita os registros das vivências e lembranças dos sujeitos históricos, revalorizando experiências e memórias. Segundo Alessandro Portelli (1997, p. 15), a história oral diz respeito “a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um”.

Memórias que ajudam a dimensionar as lutas do passado, pois as recordações de muitos remanescentes são marcadas pelas lembranças vividas, contadas e herdadas de seus avós que nos levam aos antigos mocambos/quilombos¹, quando do cotidiano dos mocambeiros/quilombolas emergem questões como cultura, trabalho, resistência e festas. Enfim, pretendemos “usar a história oral para descobrir, para contar histórias que não foram ouvidas” (THOMSON, 1997, p, 77), revelando histórias de luta e resistência.

A presença negra na Amazônia: “nosso povo veio da África”

Estudos referentes ao período escravista na Amazônia constataam que a escravidão negra não foi tão expressiva na sua forma quantitativa nos séculos XVII e primeira metade do século XVIII. Apresentou-se essa conjuntura pelas particularidades econômicas e demográficas da região, demonstradas pela falta de capital para aquisição do escravo africano e a abundante população de indígenas usados no trabalho compulsório.

Indubitavelmente, a introdução em grande escala de africanos ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse período contatamos maior inserção de contingentes de escravos africanos no Grão-Pará, e sua intensificação se dá em meio ao contexto das medidas pombalinas, para promover a restauração econômica de Portugal. Para viabilizar essa recuperação foram criadas as Companhias de Comércio (SALLES, 1971). Nesse contexto, a criação da Companhia Geral de Comercio do Grão-Pará e Maranhão surge da iniciativa do seu então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1754, para “que facilitasse o abastecimento de mão-de-obra africana, que muito carecia aquela região” (DIAS, 1970, p. 59), propiciando contatos diretos com os portos africanos.

Durante seu governo Mendonça Furtado foi responsável pela introdução de 14.749 escravos africanos no Pará (SALLES, 1971, p. 33). Mais do que dados numéricos, o que nos chama atenção é a crescente presença negra na Amazônia a partir da atuação da companhia. Como afirma a historiadora Patrícia Sampaio (2012, p. 82), “não resta dúvida de que o número de escravos disponíveis na região só irá sofrer aumento significativo quando a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão inicia suas atividades no tráfico atlântico (...)”. Desse modo, o tráfico e escravidão expande-se a toda região Amazônica.

¹ Este trabalho usará os dois termos, por constatar nas conversas com os remanescentes, que estes se referem ora a quilombo ora a mocambo.

A região do Baixo Amazonas, assim como a de Belém, conheceu os primeiros sinais de prosperidade em meados do século XVIII, com a lavoura cacaueteira e o extrativismo e, posteriormente, com a pecuária. Segundo Funes (1995, p. 54), “a lavoura cacaueteira, por sua vez, exigia uma demanda maior por ocasião do plantio e da colheita”. Assim, com o restante da Amazônia havia uma grande carência de mão-de-obra, essa seria solucionada, ou antes, minimizada com a chegada do negro africano.

Segundo Marin e Castro (1998, p. 47), “com a ascensão do cacau, na pauta de exportação colonial do Grão-Pará, geram-se fundos para aquisição de escravos e incorporação de terras firmes e de várzeas para o empreendimento de cultivo desse gênero”. Assim, concluímos que o aumento do número de escravos está diretamente ligado ao crescimento econômico da região, provindo do desenvolvimento da lavoura cacaueteira. Dessa forma, percebemos já no século XIX um aumento considerável da população negra na Província do Grão-Pará, distribuída na capital e regiões circunvizinhas e em regiões mais afastadas como o Baixo Amazonas. Quanto à procedência, Eurípedes Funes (1995, p. 55) afirma que, “grande parte dos escravos africanos transportados para o Baixo Amazonas foram embarcados na Costa Ocidental da África, predominando os procedentes da região Congo-Angola, de etnia Bantu”, origem africana presente nas manifestações culturais e na memória de seus descendentes.

“Eles fugiram da escravidão”

Na tradição oral dos quilombolas do rio Trombetas, as recordações de homens e mulheres descendentes de escravos são constantemente marcadas por lembranças contadas e herdadas de seus ancestrais. Dona Rosa Colé, 85 anos, Agricultora aposentada, nasceu na comunidade Tapagem e por 12 anos morou com a família na comunidade do Abui. Ela é bisneta de Antônio Basílio, mocambeiro do Turuna, lugar muito acima das cachoeiras do rio Trombetas, onde muitos escravos africanos e mesmo os nascidos em nossa terra refugiaram-se. Quando lembra sobre a origem dos seus antepassados, Dona Rosa comenta que “(...) uns vieram da África como bem meus avós. Os avós da minha mãe, a mãe dela... vieram... os tios, a mãe ... A avó dela [da sua mãe] já teve ela [sua avó] aqui nesse rio [rio Trombetas]”².

Na África começa a história do escravo Antônio Basílio e de muitos outros que fizeram do rio Trombetas seu espaço de liberdade. Esses negros eram transportados em

² Rosa Colé, 85 anos, comunidade quilombola do Abui, Alto rio Trombetas, entrevista realizada em Oriximiná, 31/10/2013.

navios imundos, infectados por doenças e em péssimas condições de higiene. De forma desumana, atravessaram o atlântico suportando todos os tipos de adversidades, como fome, sede, maus-tratos físicos, sendo amontoados como animais, tendo como destino os portos brasileiros (MATTOSO, 1990), e como lembra Dona Rosa, “tinha muitos que não chegava pra cá”.

Ao chegar ao Baixo Amazonas esses escravos não ficaram inertes ante a sua situação. Esses sujeitos procuravam criar circunstâncias favoráveis para si, criando oportunidades de barganha e conflitos, deixando claro que não conviviam passivamente com os destinos impostos a eles pela escravidão. Segundo as afirmativas de Reis e Gomes (1996, p. 9), “o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente”. Ainda de acordo com os mesmos autores, a fuga e formação de grupos de escravos fugidos era a forma de resistência mais frequentes.

A fuga e a formação de quilombos ou mocambos sempre foram frequentes em todo o Brasil, principalmente no século XIX. Na região amazônica começaram a surgir em pleno regime colonial. Muitos agrupamentos de escravos fugidos surgiram ao longo do período escravista, um problema crônico que estava longe de ser solucionado, “como o verde das matas, florescia e dava o tom por toda parte” (GOMES, 2005, p. 51), assumindo proporções inimagináveis. Espalhavam-se por toda região causando graves prejuízos aos senhores de escravos, o que gerou uma vasta documentação governamental, registros na imprensa da época e na memória dos seus descendentes. Ao lembrar-se de seus antepassados, Dona Rosa Colé em sua narrativa revela a trajetória de fuga de sua família:

(...) ai andaram fugindo, aonde fugiu a minha família também, os meus avós, e também fugiu muitos daí do Erepecurú [afluente do rio Trombetas] tem muitos meus parentes ai [no rio Erepecurú], vários parentes, num é só um, que fico uma família pra cá pro Erepecurú, ai foi pro tar de patinho uma paragem que tem praí, e ai foi espalhando, e subiu pro arto Trombetas, esse rio grande que está aí, eles foram embora pra cachuera, teve uns que foi pra cachuera do Erepecurú, e outros foi pra lá pra cachuera de lá do Trombetas, tem uma paragem que chamo TURUNO, muito acima da cachuera (...)”³.

Muitos negros fugidos das senzalas organizaram quilombos nas proximidades das principais cidades Amazônicas e mesmo no interior da região. No Pará, ficaram célebres os mocambos dos rios Curuá, nas proximidades de Alenquer, Trombetas e Cuminá, nas

³Rosa Colé, 85 anos, comunidade do Abui, alto Trombetas, em 31/10/2013 na cidade de Oriximiná.

cercanias de Óbidos e Oriximiná. Os mocambos localizados no rio Trombetas e seus afluentes era o destino de muitos escravos que fugiam das fazendas de gado e da lavoura cacaeira da região do Baixo Amazonas, cuja rota e motivação ainda são lembradas pelos seus descendentes.

Dona Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, mãe, agricultora e artesã da comunidade quilombola de Boa Vista é filha de Dona Rosa Colé e bisneta de Joana Joaquina do Livramento nascida no mocambo do Turuna. Ela recorda a chegada das velhas da casa grande, Ana, Catariana e Luzia, no rio Trombetas, uma história de escravidão e resistências, ouvida de sua avó materna Laureana Colé:

(...) quando elas vieram da África, os pais dela vieram fugitivos, aí moraram em Óbidos um tempão, pararam em Óbidos. Aí uma turma fugiu embora, foram embora pra outro...TURUNA, a outra ficou em Óbidos”. [Falando sobre a razão da fuga, a violência sobressai da narrativa]“(...) e aí elas pararam na casa duma sinhá, é que nesse tempo eles chamavam sinhá, pras senhoras ricas né, e aí, [...] essa sinhá elas eram muito mal, ela era muito mal, e aí eles colocaram nela, apaludaram ela de macambira, e elas vieram pra aí [para o Turuna]⁴.

Outra narrativa esclarecedora, que nos remete às fugas para além da Cachoeira Porteira, observando outros atos de violência, vem pela narrativa oral de seu Alcindino Pereira de Jesus de 71 anos de idade, cujo avô, Joaquim Pereira de Jesus, conhecido como Joaquim Macaxeira, nasceu no mocambo do Campiche. Em relação ao avô, ele diz, “eles foram do tempo da escravidão, eles foram, subiram pra cachoeira pra lá a mãe deles teve ele, lá pro um tar de Campicho, pra lá o meu avô nasceu”. A narrativa de seu Alcindino evidencia suplícios sofridos pelos negros durante a escravidão, repetindo histórias contadas pelos mais velhos: “é... eles contavam muita história, aí eles foram currido pra lá [para o Campiche], que eles butavam candeia de breu pro preto segurar”⁵.

Segundo narram os remanescentes, havia o hábito entre os senhores de fazerem de seus escravos tochas humanas, causando deformações nas mãos, como relata Raimundo dos Santos⁶ (*apud* AZEVEDO, 1985, p. 68): “eu conheci pretos e pretas velhas que tinham a mão enrolada, isto por efeito da queimadura (...)”. A violência e os maus-tratos físicos estão presentes na memória e nas narrativas desses sujeitos, representadas no imaginário local pela figura da senhora Maria Margarida Pereira Macambira, senhora de muitos escravos na região, estando muitos deles aquilombados no Trombetas.

⁴ Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas. Em 29/10/2013.

⁵ Alcindino Pereira de Jesus, 71 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas. Oriximiná em 31/10/2013.

⁶ Entrevista de Raimundo dos Santos, Belém, “Folha do Norte” em 03-01-1981.

Entretanto, o mocambo do Campiche e do Turuna não foram os únicos na região, muitos quilombos grandes ou pequenos se espalharam pela floresta do rio Trombetas e seu afluente Erepecurú. O maior e mais conhecido foi Maravilha, calculava-se em mais de dois mil escravos fugidos nesse quilombo. Esse quilombo argumenta Vicente Salles (1971, p. 234), teria se formado durante e depois do movimento cabano⁷. Para o autor muitos escravos se reorganizaram e formaram um grande núcleo quilombola “aproveitando-se da morte ou fuga dos senhores, reorganizaram-se e fundaram acima da décima quinta cachoeira denominada esta de Caspacura, uma povoação por eles mesmo denominada de cidade Maravilha”.

Ao longo do século XIX as fugas e aquilombamento de escravos gerou um grande mal-estar entre proprietários de escravos e autoridades locais da Província do Grão-Pará. A preocupação com os mocambos localizados ao longo dos afluentes da margem esquerda do Amazonas, entre eles o rio Trombetas, estava presente em várias correspondências oficiais. A fim de problematizar a afirmativa apresentamos o ofício da presidência da província ao chefe de polícia, o qual alertava para a necessidade de se combater e destruir os “malditos” mocambos que, “desde Almerim até Óbidos em razão dos graves prejuízos que sofrem os lavradores daqueles distritos com fuga de seus escravos”⁸ (FUNES, 1995, p. 110), precisavam ser aniquilados.

Em 1855 marcha em direção ao rio Trombetas uma expedição⁹ composta de 188 pessoas, comandada pelo Capitão João Maximinado de Souza com a missão de destruir “o famoso quilombo creado há mais de 50 anos, que existia como encantado e inacessível a todos os indivíduos que não fosse negro evadido a seu senhor (...)”¹⁰. De acordo com o relatório da expedição, seu comandante enfrentou inúmeros obstáculos como a deserção da tropa, as enfermidades e os caminhos desconhecidos e perigosos. Para chegar ao quilombo Maravilha, os expedicionários tiveram que transpor cachoeiras “medonhas”.

Consta no relatório da expedição que depois de nove dias de caminhadas por “caminhos escabrosos” em continuo subir e descer de serras e outeiros, sem alimentos desde o 5º dia chegaram ao quilombo que havia sido destruído pelos próprios negros como lembra

⁷ Movimento Cabano ou Cabanagem, 1835-1840, revolta popular que representou a união de vários grupos sociais: negros, índios, caboclos, intelectuais e proprietários de terras, pela qual o “povo” chegou ao poder e nele permaneceu por determinado período. Ver: RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835-1840. Tempo, v. 11, n. 22, 2007, p. 15-40. Para uma leitura mais aprofundada sobre a historiografia da Cabanagem, ver: PINHEIRO, Luís Balkar. Visões da Cabanagem – uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Editora Valer, 2001.

⁸ APEP. Fundo Secretaria de Polícia. Ofício da Presidência da Província ao Chefe de Polícia 15-05-1847. Documentação em caixa.

⁹ Segundo Eurípedes Funes (1995): “data de 1827 a primeira expedição de destruição do quilombo do Trombetas e a prisão de seu líder Atanásio”.

¹⁰ Fundação Biblioteca Nacional. Relatório do Delegado de Óbidos ao presidente da província publicado no Jornal Treze de Maio. 22 de Dezembro de 1855.

Daniel Souza¹¹, “o quilombo Maravilha foi tocado fogo pelos próprios negros”. Eles abandonaram o quilombo e estabeleceram-se mais acima, na cachoeira do Campiche e depois foram para cachoeira do Turuna, em busca de território com maior proteção, chegam ao igarapé do Poana.

Indubitavelmente, os principais quilombos estavam localizados acima das Cachoeiras do rio Trombetas, cuja primeira seria denominada pelos negros de Porteira, o que não descarta a existência de mocambo menores espalhados em locais abaixo desta. Refazendo o trajeto de fuga de suas famílias, muitos remanescentes citam lagos e igarapés como refúgio dos seus ancestrais, como Marina dos Santos de 58 anos de idade, mãe, agricultora e moradora da comunidade quilombola de Boa Vista, que ao falar da família do seu pai, observa que “a mãe dele era negra, era negra e era afi...[africana] e, era escrava e, aí fugiro aqui pra dentro do batata [lago do Batata] lá eles fizeram... mas ero poucos lá, eles fizeram um tapiri ficaro lá”. As falas a todo o momento apontam lugares como o igarapé das almas, Erepecú, Tapagem, e outros, todos na parte mansa do rio, um bom refúgio de quilombola.

De acordo com Eurípedes Funes (2000, p. 13) os acampamentos quilombolas abaixo das Cachoeiras seriam lugares de apoio tanto para o comércio como para a proteção aos núcleos maiores que ficavam acima das cachoeiras. Percorrer esses caminhos, seja por águas bravas ou em águas mansas, era essencial para a sobrevivência e reprodução dessa sociedade.

Quilombos do Trombetas: organização e alianças

Uma explicação para a longevidade dos quilombos do rio Trombetas, sendo estes conhecidos das autoridades, podemos supor que estaria na capacidade de organizar sua defesa e estruturar sua vida econômica e política (VOLPATO, 1996). Organizavam-se em lugares estratégicos que lhes permitia o controle e a vigilância do espaço. Constituíam-se em sociedade relativamente fechada, com suas regras socialmente aceitas, sendo “governados” por representantes eleitos. Segundo observações feitas por Tavares Bastos (1975, p. 119-120) em 1866, nos mocambos do Trombetas, “Os negros, industriados talvez pelos outros companheiros de desterro, vivem ali debaixo de um governo despótico eletivo com efeito, eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e subdelegados são também eletivos”.

¹¹ Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungo), 56 anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Entrevista realizada em Oriximiná no dia 05/11/2013.

É provável que o governo a que refere Tavares Bastos seja o exercido pelo escravo fugido Atanásio, preso em 1827 pela primeira expedição de captura enviada ao Trombetas, sendo levado para Santarém, fugiria novamente para aquele rio, elegendo-se comandante e pensador do grupo, como conta Daniel Souza, “ Atanásio era filho de uma preta com um português. Eles chegaram a acreditar tanto nele, que chegaram a eleger ele governador do quilombo”¹². Outros viajantes que adentraram o rio Trombetas e seu afluente da margem esquerda Erepecurú/Cuminá também observaram a presença de estrutura de poder e liderança nesses mocambos, como O. Coudrou ao reconhecer a autoridade das pajés Maria do Lotário e de Figena (FUNES, 2002) . Esse poder de liderança poderia também estar disperso entre os mais antigos do mocambo.

Essas lideranças eram imprescindíveis para garantir a segurança, sobrevivência e a organização econômica do mocambo. A preparação para as viagens aos centros urbanos (Óbidos e Santarém)¹³ necessitava de certos cuidados, como evitar fazer fogo, o que podia chamar atenção das autoridades. Para que isso não ocorresse, as mulheres do mocambo preparavam a mixira que garantia a alimentação durante toda a jornada, como bem lembram os remanescentes.

(...) eles faziam uma coisa chamada mixira. Quando matava uma caça que era muito gorda, eles tiravam toda a gordura da caça e cozinhavam na banha da caça, aquilo era frito na panela de barro. Aquilo...eles pasavo semanas comendo aquilo, carne de anta, tartaruga, e às vezes peixe-boi (...)¹⁴.

Todas as etapas e arranjos da longa viagem eram analisados pelo grupo, principalmente a seleção dos que dela participariam, pois que “só traziam os escolhidos”, aqueles que apresentavam certas habilidades.

Os quilombos tinha assim, essa organização, por exemplo, uma pessoa que era especialista pra remar, que remava bastante, num cansava rápido. Isso era uma estratégia política dos quilombos, uma outra que sentia cheiro, de longe ele percebia alguma coisa, uma outra que ouvia coisa [...] Essa pessoas, o que remava, o que ouvia muito e o que sentia cheiro, essas pessoas quase não trabalhavam, eles eram muito treinados desde pequeno, segundo seu Donga¹⁵, que nasceu em mil novecentos e sete, me contou. Eles tinham esses cuidados de treinar essas pessoas pra quando viesse [os brancos]¹⁶.

¹² Daniel Souza, 56 anos de idade, comunidade do Jauari, rio Erepecurú. 05/11/2013.

¹³ Segundo relatos dos remanescentes de quilombo do rio Trombetas essas viagens duravam em média trinta noites.

¹⁴ Silvio Rocha, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas. 29/10/2013.

¹⁵ Raimundo da Silva Cardoso (Donga) nasceu em 13 de julho de 1907 na comunidade quilombola da Tapagem, neto e bisneto de escravo fugidos, seu bisavô era o escravo Antônio Basílio mocambeiro do Turuna. Seu Donga faleceu em 27- 07-1994 na cidade de Oriximiná.

¹⁶ Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungo), 55anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Entrevista realizada em Oriximiná no dia 05/11/2013.

Das narrativas dos atuais moradores dos quilombos do rio Trombetas sobressaem as habilidades referidas e suas funções destacadas, quando aqueles que possuíam o olfato e a audição aguçados eram como sentinelas, estando sempre atentos a qualquer sinal de perigo, sendo seu papel alertar o quilombo da aproximação de seus algozes. Sua capacidade de distinguir o cheiro do fósforo usado pelo branco, bem com ser um bom remador, eram características que apresentavam chance maior de escapar a um ataque dos brancos.

Observamos ainda outros critérios em relação à escolha das pessoas que participavam dessas viagens, sendo esses quilombolas antigos no mocambo ou aquele por eles destacados. Desse modo, podemos concluir que havia restrições quanto à participação de recém-chegados nas incursões de ida às vilas para comercializar seus produtos, resguardando-se, assim, de possíveis atos de traição. Tal estratégia também é evidenciada por Marin e Gomes (2003, p. 96) quanto se referem à organização social do mocambo do Araguari, região de Macapá. Segundo esses autores, os recém-chegados ao mocambo, “eram proibidos pelos mocambeiros mais antigos de retornar à vila de Macapá. Só poderiam fazê-lo depois de mais de um ano de permanência no mocambo (...)”, sendo submetido ainda à avaliação dos mais velhos. Tal atitude evitava que os novatos servissem de guias às autoridades, ou denunciassem a localização de acampamentos.

A sobrevivência desses quilombos dependia ainda da habilidade em estabelecer contatos criando uma teia de relacionamento com a sociedade envolvente, segundo Reis (1995/1996, p. 18):

(...) os quilombolas na sua maioria viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimento de tropas e outros assuntos estratégicos.

Apesar de localizados em pontos estratégicos e distantes dos centros urbanos, os quilombos do rio Trombetas não estavam isolados, mantendo ligações com regatões ou mesmo comerciantes conhecidos das vilas, “os brancos bons”. Tais relações de comércio aparecem descritas em relatos de viajantes, nos documentos da época e jornais, além da memória dessas práticas pelas narrativas desses quilombolas.

(...) quando terminava o rancho deles, eles não compravam em Oriximiná, eles iam em Santarém. Eles desciam de noite, viajavam no rio, só viajavam a noite, quando era de dias se escondiam (...) assim, eles faziam, descendo as cachoeiras até chegar em Santarém, iam de remo, remando até lá. E lá em Santarém tinha uns brancos lá que eram amigos deles, não era daqueles que maltratava eles, ai sempre entravam

em contato (...) eles faziam isso, faziam as compras deles purali escondido, e retornavam [para os mocambos]¹⁷.

Nos periódicos locais eram frequentes as acusações de comércio clandestino entre quilombolas e comerciantes da cidade de Óbidos. Segue denúncia transmitida à população através de uma longa carta publicada, em 26 de fevereiro de 1875, no Jornal O Liberal, por um indignado morador de Óbidos que diz:

Mal, muito mal vai esta cidade com os vizinhos aquilombados no rio Trombetas, e esse mal cresce pela indiferença da policia, senão do governo. Todos sabem que chegam aqui diariamente esses escravos, que traficam com algumas casas comerciais¹⁸.

Sabemos, atualmente, que as teorias que se referem a quilombo como sendo um espaço fechado e isolado não se fundamenta. Estudos como de Flávio Gomes (2005), Eurípedes Funes (1995) e outros, revelam que na maior parte do Brasil onde se estabeleceram os mocambos, evidenciaram-se relações comerciais entre quilombolas e a sociedade local, muitas vezes denunciadas às autoridades e jornais. Por essas práticas aprofundaram brechas no sistema escravistas, criadas pela negligência das autoridades, de seus antigos senhores, mas sobretudo por aqueles quilombolas conjuntamente com sua estratégia de luta e importância dos seus produtos para o abastecimento do mercado local. Tais relações possibilitava a realização de pequenas trocas comerciais entre quilombolas, escravos, taberneiros prática comum no período escravista, nas observações de Flávio Gomes (1996, p. 278):

Esses contatos acabaram por constituir a base de uma teia maior de interesses e relações sociais diversas, da qual os quilombolas souberam tirar proveito fundamental para aumentar a manutenção de sua autonomia. Ai foi gestado um genuíno campo negro. Essa rede complexa de relações sociais adquiriu lógica própria, na qual se entrecruzam interesses, solidariedades, tensões e conflitos.

Ainda segundo esse autor, os quilombolas procuravam se estabelecer em locais onde pudessem realizar trocas mercantis e, mesmo quando estes se refugiavam em longínquas florestas, o caso dos quilombolas do Trombetas, não deixavam, no entanto, de desenvolver

¹⁷ Antônio Carlos Printz, 51 anos de idade, comunidade quilombola do Abui. 23/10/2013.

¹⁸ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal O Liberal, Belém-Pará, 26 de fevereiro de 1875. Nº 44. Ano -VII.

uma economia camponesa articulada às necessidades locais. Além de cultivar a terra, vendiam seus produtos no mercado local (Óbidos e Santarém) formando uma conexão de aliança com a comunidade e outros escravos.

Conexões de aliança aparecem na narrativa de Silvio Rocha, morador da comunidade quilombola de Boa Vista, quando se remete ao tempo dos antigos, apresentando uma síntese da relação estabelecida entre os mocambeiros e os centros urbanos:

(...) eles eram assim, gente que ainda ia pra Santarém de canoa. Na época eles viajavam mais de noite (...), porque eles já tinham o patrão dele chamado de senhor. Certo, né? [Quanto à viagem ele explica] (...) só viajava a noite, de dia escondia a canoa; comida eles já levavam tudo pronto (...) então quando eles chegavam lá, um ia lá em terra com patrão e falava com ele. Quando ele vinha escondia eles, faziam as coisas que tinham que fazer por lá. Compravam, trocavam né, que eles levavam alguma coisa que necessitavam¹⁹.

Os quilombos do Trombetas abasteciam parte do mercado com produtos da floresta e o excedente de sua roça. Segundo dados estatísticos sobre a produção de Óbidos apresentados por Ferreira Penna (1869, p. 19) em 1867, revelam, entre outros aspectos, que “o tabaco era cultivado em menor escala que o café. A maior quantidade e melhor qualidade que aparece no mercado de Óbidos é proveniente dos mocambos do rio Trombetas”. Quando perguntamos ao senhor Silvio Rocha sobre o que os quilombolas levavam pra Santarém, a resposta vem rápida: “Ah! Às vezes eles levavam muita coisa, óleo de copaíba, breu, às vezes levava cipó, o timbó que na época o pessoal... usava pra questão de curral pra gado”²⁰. Outras informações sobre a lista de produtos comercializados aparecem na fala do Sr. Donga, recordando as histórias contadas por seu avô. Segundo esse narrador, contava-se que, “os pretos traziam farinha, tabaco, muito legume [...]”²¹, indicando intensa atividade agrícola e extrativista.

Pode-se observar que, apesar de serem considerados um mal a ser sanado, os quilombos mostravam autonomia e inserção no comércio local, indicando relações socioeconômicas complexas com constante interação com a sociedade urbana, cuidando-se para negociar com as pessoas certas, pois como bem lembra seu Donga, “no meio dos ruins tinha muitos brancos bons”, dimensionando interesse de comerciantes e autoridades locais. A

¹⁹ Silvio Rocha, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013.

²⁰ Silvio Rocha, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013.

²¹ Raimundo da Silva Cardoso (Donga), 81anos, morador da tapagem em entrevista concedida a Eurípedes Funes, 1992.

relação estabelecida entre quilombolas e comerciantes e autoridades locais estão preservadas em vasta documentação, autos de interrogatórios, e denunciadas nos periódicos locais.

Geraldo Baptista Valente publica no jornal diário de Belém, em sete de fevereiro de 1877, uma denúncia de acoutamento e de comércio clandestino com os escravos aquilombados no rio Trombetas. O artigo com título provocativo: “Para o S. Exe. O Senhor Presidente da Província ver e apreciar”, gerou desconforto entre as autoridades locais, fato que exigiu um pedido de esclarecimento por parte do então presidente da província, J.C. Bandeira de Mello Filho, ao juiz de direito de Santarém, tendo o desfecho sido publicado no jornal do Pará em março do mesmo ano. O denunciado por acoutar e usar os serviços de Manoel Joaquim escravo de Geraldo Baptista Valente, era o adjunto do promotor público de Alenquer na comarca de Santarém, Josino Cardoso Monteiro, que, aliás, nada sofrera em decorrência das acusações. Fica evidente, contudo, que negociava aquele adjunto do promotor no rio Trombetas, “onde vivem em quilombos grande número de escravos fugidos”, como afirma Innocencio Pinheiro Corrêa, juiz de direito de Santarém. Com relação ao adjunto do promotor, escreve Pinheiro Corrêa:

Quanto ao facto do commercio com os escravos do mocambo, convenço-me ser verdadeiro, não só porque esse commercio é muito comum nesta comarca e em maior escala na de Óbidos, como porque o dito adjunto tem uma casa de negocio no rio Trombetas, que não pode ter outro fim senão esse, cumprindo-me somente ponderar a V. Exe., que esse rio pertence a comarca de Óbidos e portanto não está compreendido no território da jurisdição do dito adjunto²² .

Apesar de reconhecer que Josino Cardoso Monteiro negociava com os quilombolas não o acusou do crime de acoutamento, sendo o processo arquivado ficando Geraldo Batista sem o escravo Manoel Joaquim, pois este se encontrava aquilombado no rio Trombetas. Casos assim eram comuns na região. Gozar da proteção daqueles com quem negociavam confirma a importância que os mocambos ocupavam na economia local (GOMES, 2005). Seja em Santarém, Óbidos, Alenquer ou Monte Alegre, a inserção no contexto socioeconômico daqueles negócios evidencia dimensões das práticas locais dos quilombos na região, tratadas também como expressão das lutas e defesas de seu modo vida.

A carta, publicada no Jornal *O liberal* em março de 1875, e acima referenciada, o redator do jornal chama atenção para o “desmazelo” das autoridades em relação aos quilombos do rio Trombetas e o perigo que representavam para os habitantes da cidade de

²² Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Pará – Belém do Pará, 6 de março de 1877.

Óbidos. Esses escravos aquilombados transitavam livremente pelas ruas, quando tal liberdade, alerta o autor da missiva, ainda à permissividade das autoridades, trazia o risco do “dia em que os negros de armas em punho, veem a cidade e reduzem à escravidão seus antigos senhores”²³. É importante lembrar que ao longo da década de 1870 e 1880, as autoridades estão atentas aos casos de crimes contra senhores e seus familiares, assim como o “crescimento disseminado da rebeldia negra” (AZEVEDO, 1985, p. 14) em algumas províncias do império brasileiro, o que explicaria receios quanto ao comportamento dos negros na cidade de Óbidos (AZEVEDO, 2004). A extensa carta foi enviada ao jornal com o objetivo de denunciar um homicídio, de suposta autoria de quilombolas do rio Trombetas, ressaltando o caráter violento e criminoso do negro. Relata o autor na carta:

Consta n’esta cidade de que no lago do Arapecú [Erepecú] afluente do rio Trombetas acaba de praticar-se um assassinato. Achando-se ali ocupado na extração da castanha um comerciante cujo nome e nacionalidade são aqui desconhecidos, fora em uma noite sua canoa assaltada por alguns negros do mocambo que a pretexto de comerciarem, a invadiram. Em seguida foi o infeliz friamente assassinado (...) ²⁴.

Segundo relatos das investigações do chefe de polícia de Santarém em ofício publicado no dia 13 de abril de 1875, o assassinato não se realizou, sendo a notícia propagada propositalmente por comerciantes da região, que tinham o objetivo de afastar a concorrência dos que costumavam negociar com escravos aquilombados naquele rio. Ainda, relata o chefe de polícia de Santarém, Samuel Felipe de Souza Uchôa, ao presidente da Província, Francisco Maria Corrêa Sá e Benevides: “tamanha falsidade foi apenas adrede espalhada para evitar competidores que receiosos de serem também vítima fugirão naturalmente de negociações n’aquellas paragens”²⁵. Infelizmente, a fonte não informa o nome do autor de tal falsidade, mas revela nas entrelinhas ser este um comerciante interessado em monopolizar o lucrativo comércio com os quilombolas do rio Trombetas.

O regatão²⁶ tornou-se peça chave na inserção do quilombola na sociedade escravista. Regulamentados, ou não, esses comerciantes eram os mais interessados na não destruição dos quilombos. Adentravam o rio Trombetas, e para garantir o lucrativo comércio com os

²³ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal O Liberal, Belém-Pará, 26 de fevereiro de 1875. Nº 44. Ano –VII.

²⁴ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal O Liberal, Belém-Pará, 26 de fevereiro de 1875. Nº 44. Ano –VII.

²⁵ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Pará – Belém do Pará, 13 de Abril de 1875.

²⁶ Segundo o artigo 1º da Resolução nº 182, de 09-12-1850, era considerada canoa de regatão “as que navegam fora dos portos das cidades, villas, freguesias e povoados da Província; contendo seccos e molhados, como verdadeiras lojas ou tabernas fluctuantes, vendendo e comprando ou permutando gêneros e objectos de commercio pelos sítios, fazendas, fábricas, engenhos e feitorias”.

negros “transmitiam-lhes preciosos informes”, alertando-os das expedições punitivas. “Foram eles, regatões, que, com a necessária antecedência avisaram aos moradores do maravilha [...] do ataque que lhes ia ser desfechado por uma força de Santarém (...)” (SALLES, 1971, p. 237).

A permanência dos quilombos e o comércio clandestino praticado pelos regatões foram motivo de preocupação das autoridades, principalmente em Óbidos. Medidas seriam tomadas nessa municipalidade para inibir tais práticas. Para solucionar o problema, em 1871, a Câmara de Óbidos nomeia fiscais com o objetivo de controlar a vasta região do rio Trombetas²⁷. No entanto, a permanência de tal citação, a Câmara de Óbidos novamente chama a atenção para a grande extensão daquele distrito, principalmente na região do rio Trombetas, consta no documento enviado ao presidente da província Domingos José Cunha Junior, a solicitação de criação de novos distritos, visando maior controle e fiscalização. Segundo o documento datado de 22 de julho de 1873:

A grande extensão que tem o districto desta cidade no rio Trombetas e lago do Sapucaá fas-se necessário ali a divizão de districto em subdelegacia especialmente no Trombetas onde o districto se estende a mais de trinta [léguas] ficando por essa forma fora do alcance das autoridades; criminosos que por la vão homiziar nem só deste districto, como di outros.[...] Convido sobre todo fundar-se uma freguesia no lugar denominado Urua=Tapera com evocação de Santa Philomena na divisão do districto acima mencionado²⁸.

A extensão territorial apresenta-se como um fator que contribuiu para sobrevivências desses grupos de escravos fugidos, mas seu relativo isolamento geográfico não se apresentou como um obstáculo para que estes estabelecessem relações com a sociedade escravista. A criação de um novo distrito com uma subdelegacia na localidade Urua Tapera, elevada à categoria de freguesia em 11 de dezembro de 1886 e, pela lei de nº 1288 de 9 de junho de 1894²⁹, elevada à categoria de vila, com a denominação de Oriximiná³⁰, objetivava combater os mocambos e, sobretudo, o comércio clandestino que estes

²⁷ ACOB- Livro de Acta da Sessão Ordinária da Câmara de Óbidos de 17-07-1871. p, 124.

²⁸ ACOB- Livro de Atas da Câmara nº 411 1864-1876. Relatório enviado ao Presidente da Província do Pará em 22 /07/1873. p, 96-97.

²⁹ Além da elevação a categoria de Vila deu-se na mesma data a origem do município de Oriximiná que foi extinto e pela lei nº 729 de 03 de abril de 1900 e restabelecido pela lei de nº 1442, de 24 de dezembro 1934. Dados obtidos durante pesquisa de Campo realizada nos meses de Outubro e Novembro.

³⁰ Cidade situada à margem esquerdo do Rio Trombetas. O nome de origem Tupi, salvo as controvérsias, deriva de Uraxamina, que significa “minas de praias” segundo consta no histórico da cidade consultado durante a pesquisa de campo realizada em Outubro de 2013. Ainda, segundo o mesmo documento, Oriximiná teria sido fundada em 1877, pelo Padre José Nicolino de Souza. Outro significado para o nome da cidade seria “Zangão da abelha”.

estabeleciaram com os comerciantes de Óbidos, pois tal prática seria a causa de “grande detrimento desta municipalidade”. Assim nasce Oriximiná.

Considerações Finais

Os quilombos do Trombetas, no século XIX, era o mais conhecido destino dos escravos, que fugiam das fazendas de gado e cacau de Óbidos, Santarém, Alenquer, Monte Alegre e até mesmo de Belém. Segundo o historiador Vicente Salles (1971), os mocambos do rio Trombetas se notabilizaram por sua grandeza e resistência. A história da região do Baixo Amazonas está profundamente marcada pela sua existência, cuja fama ainda segundo esse autor alcançou proporções como a de Palmares, tornando-se a imagem da resistência contra o regime escravista.

Ao longo de sua existência, chamaram a atenção das autoridades pelo número elevado de fugitivos e o aumento considerável de quilombos ou mocambos, espalhando-se pelo vale do Trombetas, representando ameaça real à propriedade privada. De acordo com observações de Tavares Bastos (1975) “os mocambos do Trombetas são diversos, dizem que todos contêm criminosos e desertores foragidos, mais de 2.000 almas”, representando ameaça a propriedade privada.

Esses quilombos mostraram que mesmo considerados uma praga, que deveria ser exterminada gozavam de uma legitimidade expressada pela inserção no contexto produtivo local. Como o resto da gente do Amazonas, tinha sua própria cultura, organização social, assim como qualquer outra sociedade. Como observa o remanescente Daniel Souza, “eles montavam um Brasil do jeito deles, que eu costumo até chamar de Amazônia Negra, onde esses pretos fugiram se esconderam”³¹. Refugiando-se acima das cachoeiras lutaram, e sobreviveram as adversidades, concretizando-se em inúmeras comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná.

Enfim, falar dos quilombos do Trombetas é falar da história de um povo que lutou pela liberdade, que criou e recriou formas de resistência que os permitiu sobreviver a

³¹ Daniel Souza, 56 anos, comunidade quilombola do Jauari rio Erepecurú. 05/11/2013.

inúmeras tentativas de (re)escravizá-los. Atualmente, o resgate da ancestralidade mocambeira transformou-se em bandeira de luta pelo reconhecimento dos seus direitos constitucionais e a manutenção de seu modo de vida ancestral das comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas.

QUILOMBOS OF THE ORIXIMINÁ (PARÁ - BRAZIL): SLAVERY, ESCAPE AND MEMORY IN THE NINETEENTH CENTURY

Abstract: This article is the result of scientific research in its early stages, developed in the Graduate Program in the History of the Federal University of Amazonas. It is intended to discuss the oral tradition of the formation of the Quilombo Trumpets river and strategies of resistance. This river was the most celebrated destination of runaway slaves in the Lower Amazon region, safe refuge against punitive expeditions due to natural obstacles, the existence of many waterfalls, which allowed the establishment of shacks. Trumpets Quilombos the river have their history marked by conflicts and struggles of remaining alive in memory. While electing oral narrative as the main source we will not establish dialogue with written sources. Thus, will seek to understand - as the region was historically occupied by runaway slaves; how was it formed in a space of autonomy that allowed them to survive the numerous attempts to (re) enslave him.

Keyword: Vanishing Quilombo, Endurance, Orality.

Referências

AZEVEDO, Célia M. M. **O negro livre no imaginário das elites (racismo, imigração e abolicionismo em São Paulo)**. Dissertação de mestrado. UNICAMP. 1985.

_____. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BASTOS, Aureliano C. T. **O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas** – 3 ed. – São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.

DIAS, Manuel N. **A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

FUNES, Eurípedes A. **“Nasci nas Matas Nunca Tive Senhor” – história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas**. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1995.

_____. **Comunidade Remanescente dos Mocambos do Alto Trombetas**. São Paulo: **Fundação Pró-Índio**, 2000.

_____. Otille Coudreau e os Mocambeiros do Baixo Amazonas. **Anais eletrônicos do XIII Economic History Congress**. Buenos Aires, Argentina, 2002.

GOMES, Flávio S. Quilombos do rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José; GOMES, Flávio S. (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos Brasil**. São Paulo. Ed. UNESP: Ed. Polis. 2005.

MARIN, Rosa E. A.; GOMES, Flávio S. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (SÉCULOS XVII E XVIII). **Revista de História** 149 (2º - 2003), p. 69-107.

_____; CASTRO, E. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios**. 2 e.d. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PENNA, Domingos S. **Região Ocidental da Província do Pará - resenhas estatísticas das comarcas de Óbidos e Santarém**. Belém: Diário de Belém, 1869.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. In: **Revista Projeto História** nº 14 (Cultura e Representações). São Paulo: Educ, 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, (14), fev. 1997.

_____. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo. (15). Abril. 1997.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo (28): 14.39. Dezembro/Fevereiro 95/96.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971.

SAMPAIO, Patrícia M. M. **Espelhos Partidos: etnias, legislação e desigualdade na colônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2012.

SAMUEL, Raphael. Teatro de Memória. **Projeto história**, São Paulo, (14), fev. 1997.

THOMSON, Alistair. Debate. **Projeto História**, São Paulo, (15) Abril. 1997.

VOLPATO, Luiza R. R. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José; GOMES, Flávio S. (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOBRE A AUTORA

Elaine Cristina O. F. Archanjo é mestranda em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista da CAPES.

Recebido em 05/08/2014

Aceito em 06/12/2014